

# BOLETIM BIBLIOGRÁFICO



*Actas do III Congresso Nacional de Numismática — Sintra-Lisboa, 20 a 23 de Novembro de 1985*, Sintra, 1986, 640 págs., il.

Com organização do Clube Numismático de Portugal realizou-se, entre 20 e 23 de Novembro de 1985, o III Congresso Nacional de Numismática, acoplado com duas exposições da especialidade. Uma destas, a «2.<sup>a</sup> Exposição Nacional de Numismática» (20 de Nov. a 1 de Dez.) teve lugar em Lisboa, nos salões do Padrão das Descobertas, com a colaboração de Banco de Portugal, Banco Nacional Ultramarino, Banco Português do Atlântico, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, União de Bancos Portugueses e de Rainer Daehnhardt. À outra exposição, a «1.<sup>a</sup> Exposição Numismática por temas», no Museu Regional de Sintra (21 a 24 de Nov.), prestaram colaboração, que se pode classificar de magnífica, alguns sócios do Clube organizador, o que permitiu a visualização de algumas moedas que muito raramente temos visto. Antes de mais é de elementar justiça prestar homenagem à Comissão Executiva que organizou este III Congresso com uma eficiência que admiramos e a que juntou a façanha de publicar as *Actas* do mesmo em tempo que julgamos digno de menção, o que aplaudimos, pois sabemos as dificuldades que tal publicação costuma comportar.

O tema escolhido «A moeda Portuguesa no Mundo (1415-1835)» foi glosado das mais variadas formas, por uma série de qualificados autores, nacionais e estrangeiros. Se nem todos os estudos reunidos nas *Actas* são de nível extraordinário, o que é normal nestas reuniões, não será menos verdade que cada uma das comunicações terá trazido para a Numismática alguma coisa que aproveitará aos estudiosos. Por autores portugueses foram apresentados os seguintes estudos:

— «Metrologia e cronologia dos reais brancos de D. João I», por Mário Gomes Marques e Teresa Gomes Marques.

Análise de 270 exemplares verificando que a talha usada foi de 75 em marco, muito embora a liga, inicialmente de 3 dinheiros, passe, depois, a 1,5 e, finalmente, a 1 dinheiro. O início da cunhagem é de 1415 e o real branco da lei de 1 dinheiro perdura até ao fim do reinado.

— «Contribuição para o estudo dos espadins de Dom Afonso V», por Adriano F. T. Trigo, Fernando Bragança Gil, Maria Filomena Guerra e Maria do Rosário Telo da Gama.

O estudo do peso foi efectuado sobre 88 espadins, sugerindo-se que a talha usada foi de 135 em marco; por espectometria de fluorescência de raios X, sobre a superfície de 51 exemplares, verificou-se forte variação de teor de prata.

- «Metrologia das moedas emitidas por Dom Afonso V de Portugal na qualidade de rei de Castela e Leão», por Mário Gomes Marques, Maria Fátima Araújo e João M. Peixoto Cabral.

Concluem que: o escudo de ouro teve a talha de 50 e a lei de 23  $\frac{3}{4}$  quilates; o real de prata a talha de 68 em marco e lei de 11 dinheiros; o meio real talha dobrada e a mesma liga de prata.

- «Aplicação de método de taxonomia numérica no estudo dos reais emitidos por Dom Afonso V de Portugal na qualidade de rei de Castela e Leão», por Mário Gomes Marques, João M. Peixoto Cabral e M. Fátima Araújo.

Estudam 38 exemplares e como conclusão referem que foram cinco oficinas que cunharam os reais referidos: Lisboa, Porto, Toro, Tui e uma oficina que acompanhou o exército.

- «Moedas de cinco vinténs emitidas no reinado de Dom Manuel I», por Paulo Ferreira de Lemos.

Por pesagem de 40 exemplares de moedas de tostão, escolhidas por excelente conservação, destaca um com mais de 10 gr. e infere que deve corresponder à série de  $\frac{1}{2}$  português de prata (10 vinténs) com o peso de 20,0 gr., donde resulta o peso de 2,0 gr. para os vinténs da mesma série.

- «Índio de D. Manuel I, tostão n.º 19 de Aragão (D. João III) e contos para contar», por Paulo Ferreira de Lemos.

Por características tipológicas e metrológicas admite-se que quer o Índio (coleção Meili) bem como o tostão n.º 19 de Aragão (D. João III) têm muita possibilidade de serem contos para contar e não moedas.

- «Contribuição para o estudo das mutações monetárias concretizadas por carimbagem do numerário de prata circulante nos reinados de D. João IV e D. Afonso VI», por Francisco António Magro.

Determina as localidades onde as carimbagens foram efectuadas, os valores cunhados e os respectivos carimbos. Apreciadas mais de 600 moedas, determina os feitios dos carimbos e a frequência do seu aparecimento.

- «Aproveitamento de cunhos na amoedação de cobre no início da Quarta Dinastia, por César João Santos Gomes.

Nota sobre algumas moedas em que houve aproveitamento de cunhos anteriores, com discussão sobre as razões desse aproveitamento.

- «Uma análise das cunhagens portuguesas por balancé», por José Rodrigues Marinho.

Verifica que o método simplificado de Carter tem validade para o lavramento de moedas por balancé; constata que na emissão estudada a duração média dos cunhos de anverso e do reverso foi idêntica; calcula em cerca de 15 000 o número de moedas executadas com o mesmo par de cunhos.

- «Origens e evolução do papel-moeda em Portugal. Séculos XV a XIX», por Nestor Fatia Vital.

Começando pela «Letra de câmbio» do séc. XV, passa aos vales ou escritos de D. Pedro II e depois às acções, bilhetes, apólices do Real Erário com curso forçado; vai até à criação do Banco de Lisboa, com «notas» cujo curso passa a ser forçado, para chegar à criação do Banco de Portugal (19 Nov. 1846).

- «Papel-moeda de Junot», por Mário Santos de Almeida.

Conclui que as apólices manuscritas do empréstimo completo mandado emitir pelo exército invasor (3 de Dez. 1807) tiveram curso forçado e foram, por assim dizer, papel-moeda emitido por Junot.

- «Considerações e conjecturas sobre o «Tornês Dionisii», por Valdemar Cordeiro.

A partir de considerações sobre o tipo da moeda e suas semelhanças com moedas de D. Fernando opina que o tornês deve ter sido mandado cunhar pelo Infante D. Dinis, irmão de D. João I, entre 1383 e 1398.

- «Cronologia dos reais de dez soldos de Dom João I», por Mário Gomes Marques e Mário M. Gomes Marques.

Pretende estabelecer a cronologia dos reais de 10 soldos com base na leis de 1409 sobre a paga de moedas anteriores e deduz que os reais da lei de 2 dinheiros teriam sido emitidos entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 1386, os de 1,5 dinheiros em seguida até 31 de Dez. de 1391 e os de 1 dinheiro entre esta data e 31 de Dez. de 1397.

- «Talha e resposta às partes», Mário M. Gomes Marques e Mário Gomes Marques.

Interpretação lógica das discrepâncias provenientes da confusão entre «talha» e «resposta às partes», isto é, qual o número de moedas que um particular receberia pela entrega de um marco de prata para manufactura de moedas com uma talha determinada, pois, como se sabe, haveria a pagar além da «braçagem» (manufactura) a «senhoriagem» (direitos do rei).

- «Uma moeda da oficina de Ebusus na colecção do Museu de Évora», por Maria Graciana Dias Marques.

Trata de um «calco» de Ebusus pertencente à colecção de Frei Manuel do Cenáculo e aventa-se a hipótese de ter sido encontrado na zona de Évora, o que faria pensar numa expansão da moeda de Ebusus...

— «A moeda de S. Tomé após a independência: dobra», por António Ambrósio. História da moeda de S. Tomé a partir de 12 de Julho de 1975 (independência); justificação do nome «dobra» para unidade monetária».

— «Estados de conservação. Proposta de norma definidora», por César J. Santos Gomes e Francisco A. Magro.

Estabelece uma norma para classificação de estados de conservação, tendo em conta os três parâmetros usados na generalidade — desgaste, defeitos acidentais, aparência; usa também outros três parâmetros considerados secundários — alteração de cor, acidentes de fabrico e defeitos por uso indevido, beneficiação sofrida.

No que se refere a colaboração internacional incluem-se nas *Actas* os estudos seguintes:

— «La epopeya de Portugal. Instauración del «Português» de oro», por Octavio Gil Farrés.

— «The Portuguese coinage of the Malay Peinsula: the Bastardos of Dom Manuel I», por E. E. Sim.

— «The clove and the ceutil. The first European struck trade coin of Western Pacific», por K. A. Rodgers.

— «Un exemple ancien de coopération européenne du Portugal: le «franc» de Dom António Prieur de Crato, Roi de Portugal», por Patrick Devaux.

— «Fakes in Indo-Portuguese coinage», por P. P. Shirodkar.

— «Cunhagens de Diu antes e depois de 1684», por Fenelon Rebello.

— «Equivalencias de los marcos de Portugal y de Castella a traves de un documento fechado en Valladolid el año 1544», por Josep Pellicer i Bru e Mário Gomes Marques.

— «Hallazgos de moneda portuguesa medieval y moderna en el reino de Castilla-Leon y corona Catalano-Aragonesa. Ensayo de sintesia y analisis», por Anna M. Balaguer.

— «The circulation of Portuguese coins in Great Britain», por John P. C. Kent.

— «Acuñações del principe portugues Pedro Rey de Catalunya en 1463-1466», por M. Cruzafont i Sabater.

— «Acuñações de los Reys marroquies relacionados con la corona de Portugal (1500-1578)», por Juan Ignacio Sáenz-Díez.

— «Portugaly (Portugueses) in Poland of the 16th and 17th century», por Andrzej Mikolajczyk.

— «The evolution of style in dies of Crepusius denarii», por G. F. Carter, R. R. Powell, D. J. Frurip.

- «El tesorillo de Carisia», por L. Villaronga.  
— «Las monedas de los Reys Catolicos», por Antonio Beltrán Martínez.

Como os enunciados dos temas documentam, a generalidade dos autores estrangeiros traduziram a influência que a moeda portuguesa teve no mundo e por vezes fizeram sentir o interesse que a numismática nacional desperta além fronteiras. Entre os trabalhos de autores portugueses parece-nos que é justo salientar aqueles onde se pode ver uma linha de continuidade com os aspectos mais inovadores do Simpósio realizado em Santarém sobre «Problemas da cunhagem medieval na área ibérica». Como se sabe, foram aí divulgados entre nós modernas metodologias de investigação, com particular destaque para taxonomia numérica e estatística de número de cunhos e de produção monetária. Já no referido Simpósio haviam sido apresentados estudos, por autores portugueses, familiarizados com algumas dessas novas orientações de pesquisa numismática. Agora o leque de autores e de trabalhos recorrendo a tais inovações é maior. Pena foi que a discussão efectuada durante o Congresso não tenha correspondido ao valor dos textos apresentados, mas tal seria já de esperar. Há a natural dificuldade que se põe a ouvintes sem conhecimento muito antecipado dos trabalhos em discussão e, portanto, com falta de preparação apropriada, limitando-se assim, com frequência, algumas intervenções a apresentar pequenas dificuldades de interpretação ou ligeiras divergências de opinião.

Por nos parecer de muito interesse, transcrevem-se parcialmente «conclusões e recomendações» do Congresso, pois há que tirar delas ensinamentos que terão, certamente, alguma utilidade futura:

- «2 — É particularmente notável que, sem prejuízo da continuação de estudos de tipo clássico descritivo, se tenha enveredado por métodos de investigação que permitem quantificar os fenómenos monetários, o que é, sem dúvida, importante para o progresso dos conhecimentos históricos».
- «5 — Como facto indiscutivelmente negativo, temos a registar a completa ausência de representantes das Universidades portuguesas, o que mais uma vez veio demonstrar o desinteresse destas instituições por uma ciência que lhes compete desenvolver e incentivar».
- «6 — É, pelo contrário, um facto positivo digno de registo, a colaboração prestada a este III Congresso pelas seguintes entidades: Câmaras Municipais de Lisboa e Sintra, com realce para esta; Banco de Portugal, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Banco Nacional Ultramarino, União de Bancos Portugueses, Banco Espírito Santo e

Comercial de Lisboa, Banco Totta e Açores, Direcção-Geral de Turismo, Caixa Geral de Depósitos, Fundação Calouste Gulbenkian, Lusiteca e Banco Pinto e Sotto Mayor».

Julgamos que a justa crítica à completa ausência das instituições universitárias não deve fazer esquecer aqueles elementos universitários que têm demonstrado, pelos seus trabalhos, interesse pela disciplina. Como nota final, lembramos o programa social que, embora discreto e simples, foi muito bem organizado, permitindo visitas de interesse e convívio agradável entre os congressistas.

1987 - Fev. 11

PAULO AUGUSTO FERREIRA DE LEMOS